

## **MEMÓRIA HISTÓRICA EM ÁFRICA: HISTORIOGRAFIA E CONFLITOS PELA MEMÓRIA SOCIAL**

O tema proposto para este artigo – a memória a respeito da escravidão e do tráfico negreiro –, é carregado com muita controvérsia, em debates que ocorrem em várias partes do mundo contemporâneo, seja numa perspectiva acadêmica, seja politicamente – reconhecendo que estas duas dimensões são sempre entrecruzadas. Nas últimas décadas, temos visto um crescimento dos debates sobre essa temática, puxado por reivindicações de reparações, pelo reconhecimento do tráfico como crime contra a humanidade e pela criação e/ou restauração de vários sítios, em todo o mundo – principalmente em países africanos. Esses monumentos ligados à história da escravidão e transformados em lugares de memórias têm atraído milhares de pessoas todos os anos.

Neste capítulo iremos discutir a construção da Memória sobre a escravidão no continente africano, destacando alguns países da África Ocidental, a partir da produção historiográfica<sup>1</sup>. A produção da Memória, a partir das pesquisas históricas tem sido um campo de disputas e conflitos, apresentando muitas divergências, tanto entre historiadores africanos, quanto entre estes e pesquisadores de outros continentes. Essas divergências têm alimentado os debates a respeito do impacto do tráfico negreiro sobre o subdesenvolvimento da África e, por conseguinte, sobre a necessidade da reparação aos países africanos pelos males da escravidão.

Antes de mergulharmos na historiografia africana sobre escravidão, torna-se necessário analisar a relação entre a produção histórica e a construção da Memória, relação sempre ambígua, complexa, mas enriquecedora, já que Memória e História se alimentam mutuamente. Estas duas categorias freqüentam uma fronteira onde a memória é convertida em História e onde a história se constrói como Memória, se transformando em *lugar da Memória*.

---

<sup>1</sup> Não se trata de realizar uma profunda análise historiográfica, em uma perspectiva teórico-metodológica. O que se busca é compreender até que ponto essa historiografia tem sido importante campo de batalha pela memória e tem alimentado a forma como as sociedades africanas podem compreender a escravidão.

Entretanto, essa complexidade tem sido empecilho para que a Memória seja colocada no patamar de fonte segura para a o conhecimento da História.

A primeira ação necessária é fazer uma operação que estude a Memória, buscando compreender as diferenças entre a Memória Individual e a Memória Coletiva. Barros (2009) afirma que a Memória deve ser compreendida como “território”. Como tal, a Memória é um espaço vivido, no qual lidamos com lembranças e esquecimentos, ambos possuindo força política e simbólica. Dessa forma, a Memória ajuda a construir – ou restituir, num processo contínuo – o Ser Social. Ao mesmo tempo, ela se torna uma atividade que institui esse espaço ou território, caracterizando-se como agente territorializador permanente. Falando de outra forma, a Memória – como território – se estabelece em um espaço-tempo, no qual se firmam poderes da Comunidade e dos indivíduos, construindo e reconstruindo território.<sup>2</sup>

Dessa forma, a memória deve extrapolar a dimensão individual e tornar-se um domínio coletivo, uma Memória Social, como nas reflexões de Maurice Halbwachs (2006). As contribuições de Halbwachs são de importância vital ao romper com a concepção de Memória que podemos considerar como vulgar e cotidiana. Para essa concepção a Memória se configura como processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de uma forma quase sempre estática, como uma atualização mecânica que busca por vestígios dos antigos, marcada pela imprecisão e distorção.

Maurice Halbwachs, inaugurando um novo campo de pesquisa, partindo de uma perspectiva interdisciplinar, a partir das contribuições cruzadas de disciplinas como História, Psicologia, Folclorismo e Crítica Literária, propõe novos olhares para a Memória, olhares esses que fogem ao crivo solitário da palavra, ampliando esses olhares para gestos, imagens, festas, ritos, comemorações etc. A partir desses múltiplos olhares, Halbwachs destaca que a construção da Memória pode ser dividida em duas dimensões, ora agrupada em torno das lembranças de uma pessoa, ora sendo partilhada no interior de

---

<sup>2</sup> A Memória enquanto relação de poder será discutida mais a frente.

uma determinada sociedade.<sup>3</sup> Memória individual e Memória Coletiva estão, obviamente, em constante processo de interação e interpenetração. Na verdade, qualquer indivíduo, ao construir suas Memórias, irá recorrer às lembranças dos outros, rompendo com o isolamento de suas próprias lembranças. Por outro lado, ao organizar suas lembranças, esse indivíduo lançará mão de palavras e idéias e símbolos produzidos em um ambiente social (BARROS, 2009, p. 44).

A divisão entre Memória Coletiva e Memórias individuais suscitou críticas como as de Michel Pollak (1989), que afirma que todas as memórias são coletivas, eliminando a possibilidade de haver autonomia do indivíduo frente à estrutura social. Pollack extrapola as análises de Halbwachs, mostrando como as construções sociais das memórias denunciam os processos construção de identidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento a determinado grupo. Jan Vansina (2010), de forma similar, observa que a transmissão oral, nas sociedades africanas, garante a manutenção de todas as informações que elas consideram importantes para suas identidades, onde as representações coletivas de uma tradição estão presentes. Essa tradição não seria transmitida se nela não houvesse uma superfície social, tornando essa tradição transmitida patrimônio de toda a comunidade.

Entretanto, as memórias não são isentas de conflitos. Pollak denuncia os processos uniformizadores e opressores que ocorrem ao se construir a Memória Coletiva que, ao conceberem memórias nacionais, através da solidificação de vários Lugares de Memória, promovem a exclusão de etnias, grupos e formas de identidades (IDEM, p. 4). Ao mesmo tempo em que promovem lembranças, formando Memórias Coletivas instituidoras de nacionalismos, grupos hegemônicos promovem, também, esquecimentos e sombras, invisibilizando outros grupos (Pollak, 1989, Anderson, 2008).

---

<sup>3</sup> Essa concepção de lembranças partilhadas, como Memória Coletiva está inserida nos trilhos do pensamento de Durkheim, de quem Halbwachss é devedor.

Para consolidar e institucionalizar a Memória Social são constituídos, pelos grupos em disputa, “Lugares de Memória”. Pierre Nora enumera diversos lugares onde as memórias são guardadas como dinamizadora das constantes construções de identidades. Assim, são constituídos arquivos, bibliotecas, monumentos e lugares simbólicos, como comemorações peregrinações e outros. Entre estes lugares de memória, ocupa posição importante a Memória Histórica, que, por um lado exerce forte influência sobre a Memória Social e, por outro, é construída também com as contribuições desta. Para o historiador Joseph Ki-Zerbo, o estudo da História da África, que fora confiscada em proveito dos europeus, deve ser estudada, processo onde ocupa lugar privilegiado a Memória, fundamental para a coesão social (KI-ZERBO, apud Munanga, 1986, p. 46).<sup>4</sup>

Nas tensões existentes na construção das Memórias Sociais, enquanto processo conflituoso de exclusão e luta pela identidade, a Memória Histórica é produzida nos meios políticos, visando interesses, nos grandes sistemas de comunicação. Por isso, ao estudar a construção da memória da escravidão africana, é necessário compreender as tensões entre a forma como se pesquisa e escreve as narrativas históricas, sobretudo observando a disputa pela Memória por parte de historiadores nascidos ou radicados em países do continente africano.

Na África a construção da Memória tem importância capital e, ao mesmo tempo, ganha aspectos peculiar em relação a outras partes do mundo. Neste processo, devemos chamar a atenção para o papel da tradição oral, que “é a herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvidos, de mestre a discípulos, ao longo dos séculos” (HAMPATE BÁ, 2010, p. 168). A tradição oral ocupa o lugar central das sociedades africanas – quando voltamos nossos olhares para a região da savana ao sul do Saara, região estudada por Hampate Bá –, onde repousa a própria coesão social,

---

<sup>4</sup> Para Cheik Anta-Diop, a conhecimento da história, como lugar de memória social, permite o negro tomar posse de sua nacionalidade e buscar ocupar o seu lugar no mundo moder (Cf. Munanga, 1986, p. 46).

promovendo a consolidação do homem em sua totalidade, tanto em aspectos materiais, quanto espirituais, sendo, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, onde o mundo é percebido como um Todo.

Essa completude está presente no próprio Homem/Mulher. Hampate Bá destaca que esse Ser é visto como uma simbiose de todas as “histórias”, pois foi feito com tudo o que existiu antes dele, todos os reinos incluídos – os reinos mineral, vegetal e animal.<sup>5</sup>

Assim, podemos verificar a forma como, em África, a tradição oral, com a sua determinação social, como agente criador, congrega toda a história, com a qual é profundamente relacionada. Da mesma forma, Ajayi e Alagoa (1974) afirmam que o africano desenvolveu forte tradição histórica – “*perhaps more than other men*”<sup>6</sup>. A autopercepção do africano é em grande medida relacionada com a visão do passado, tendo o colonialismo europeu imposto forte distorção de sua tradição histórica (Ajayi e Alagoa, p. 125). Neste processo, é de importância indiscutível entender como a pesquisa e a escrita da História da África foram desenvolvidas dentro do continente, tentando compreender a forma como estas se relacionaram com a dominação colonial, ao mesmo tempo em que foram campo fértil para a construção da luta contra essa dominação.

### **1.1 Desenvolvimento da Historiografia Africana<sup>7</sup>**

A escrita da História do continente africano é tão antiga quanto a existência da própria escrita (FAGE, 2010) e tem em escritores clássicos, como Heródoto e

---

<sup>5</sup> Hampate Bá traz a narrativa de um mito de origem do universo e do homem das escolas de iniciação de um Povo no atual Mali. Segundo este mito, *Maa*, o Homem, recebeu uma parte do poder criador, como herança. Assim, através da Mente e da Palavra, esse Ser teria o poder de transmitir e de criar, assim como fizera Maa Ngala, o Ser Supremo (cf. Hampate Bá, p. 170-71).

<sup>6</sup> “Talvez, mais que outros homens”, em tradução livre (Ajayi e Alagoa, 1974, p. 125). Para esses autores, assim como os homens fazem história, esta também faz “homens”.

<sup>7</sup> Não se trata de uma análise do desenvolvimento da historiografia africana com ênfase nos historiadores e nos centros de pesquisas. Nesta seção da tese será focado o impacto das tendências historiográficas nos debates políticos, observando a construção conflitiva da memória histórica. As menções a historiadores serão feitas quando suas contribuições forem decisivas no processo de formação da historiografia africana ou quando apresentarem análises fundamentais para a sua compreensão.

Plínio, fontes escritas da História da África Antiga. Nestes escritos, a África era descrita em seus aspectos geográficos ou etnográficos, com grandes e desconhecidas riquezas, animais fabulosos e tribos estranhas (Bah, 2015). No continente africano, já no século XIV temos em Ibn Khaldun um ícone da historiografia produzida em África, com contribuições tanto nos estudos dos reinos clássicos africanos, quanto ao próprio desenvolvimento da História como campo de pesquisa.<sup>8</sup>

Durante os séculos posteriores entre os séculos XIV e XIX, houve considerável produção sobre História da África por escritores europeus – em fins do século XIX nota-se aumento significativo pelo interesses dos historiadores pelo continente africano, certamente relacionado com a política colonial e com os preconceitos que neste momento ganham força (GUEYE, 1999). Entretanto, essa produção estava marcada pela batuta do axioma eurocêntrico, que elevava o pensamento Europeu como sendo superior ao de todos os outros continentes do mundo. Nesta linha de raciocínio, já é bem conhecida a máxima hegeliana de que a África “*não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança, nem desenvolvimento*”. Dessa forma, Hegel afirma que a marca do africano é a não capacidade de promover o desenvolvimento, sendo o que sempre foi e sendo incapaz de receber educação. Outros historiadores corroboraram com o filósofo alemão.<sup>9</sup> Os ecos do pensamento de Hegel são ouvidos até os dias atuais, como visto em alguns aspectos do discurso do então Presidente francês Sarkozy, na Universidade Cheikh Anta Diop, em 2007<sup>10</sup>, dirigido à juventude senegalesa.

### **a) O limiar da historiografia africana**

Em fins do século XIX e na primeira metade do XX, a historiografia sobre África conheceu considerável desenvolvimento – embora não tenha se tornado um

---

<sup>8</sup> J. D. Fage nos mostra como Khaldun antecipa em alguns séculos métodos que seriam usados por alguns dos principais historiadores mundiais do século XX.

<sup>9</sup> Para o Historiador A. P. Newton, a África não possuía história antes da chegada dos europeus (Fage, 2010, p.???)

<sup>10</sup> O debate em torno da repercussão desse discurso será analisado abaixo.

campo autônomo de conhecimento, nem ocupado o lugar necessário e merecido nos espaços acadêmicos. Esse desenvolvimento tem lugar na produção historiográfica de países como França e Inglaterra. Hierno Moctar Bah (2015, p. 10) denomina esta historiografia como *colonial e racista*. A primeira considera a África como “terra vazia”, onde prevalece a falta de iniciativa, de lei, de ordem e estabilidade. A segunda avalia a História da África como simples prolongamento da História da Europa, tomando o continente africano como periferia do mundo e da história. Assim, as principais realizações são creditadas a fatores externos. Negando os valores e os feitos africanos, esta historiografia tem como base operar verdadeira estratégia de alienação e domesticação dos povos africanos, negando-lhes toda sua historicidade e justificando o domínio realizado pelos povos desenvolvidos e civilizadores.

Essa produção historiográfica se insere no processo de domínio, trazendo o derrotismo moral e psicológico, ampliando o domínio nos campos dos avanços tecnológicos e de armamentos, na esteira da revolução industrial europeia (Ajayi e Alagoa, idem, p. 127). Tal domínio promove profundas transformações na forma como as populações de países africanos organizavam suas memórias históricas. Ajayi e Alagoa mostram como essa reorganização da memória afeta as identidades “*an initial feeling of shock, disorientation, and loss of identity were widespread*”.<sup>11</sup>

Evidentemente devemos considerar o fato de que a colonização do continente africano pelas potências econômicas europeias não lograram, em absoluto, completo êxito na ocupação de todo o território e é preciso relativizar o alcance dessas reflexões dos autores acima citados. As limitações do alcance são discutidas por Kwame Appiah (1997), que afirma que a penetração colonizadora europeia nas suas colônias africanas foi essencialmente superficial. Uma passagem da obra de Appiah é ilustradora. Diz que

Naturalmente, só em sentido figurado uma criança senegalesa podia afirmar descender de Asterix; (...) Não

---

<sup>11</sup> “Um inicial sentimento de choque, desorientação e perda de identidade foi difundido”, em tradução livre.



importa em que sentido os gauleses fossem seus ancestrais, eles sabiam que eram – e que esperava ser – “diferentes”. (Appiah, 1997, p. 24).

Mas, também é certo que, onde houve ocupação e domínio, os novos padrões historiográficos certamente impactaram negativamente, proporcionando perdas consideráveis na forma como as populações organizavam suas visões de mundo, religiosamente ou filosoficamente. A produção historiográfica e da Memória Histórica, por exemplo, sofre inegável impacto dessa nuance da colonização. Não possuindo história – como acúmulo de conhecimentos sobre o desenvolvimento das sociedades – ou não apresentando quaisquer fatos relevantes que merecessem atenção de historiadores, os africanos, primeiramente, são postos na condição de meros expectadores da marcha do desenvolvimento humano, e, também, passam a serem herdeiros da história de seus países colonizadores.

O marco divisor de águas na pesquisa e escrita da História em países do continente africano foi a Segunda Guerra Mundial, reforçado de forma significativa pelo movimento *Negritude* e pelo Pan-Africanismo.<sup>12</sup> No momento em que o mundo ocidental se volta para o combate às ideologias fascistas, crescem nos países africanos, forte sentimento anticolonial, proporcionando o surgimento e o fortalecimento das lutas pelas independências. O engajamento dos países africanos na Segunda Guerra Mundial deve ser visto como uma luta contra a ameaça da expansão da exploração internacional que os regimes fascistas representavam. Entretanto, compondo o outro lado da mesma moeda, as forças africanas, ao combaterem o Eixo, também fortaleciam sua luta contra quaisquer ameaças de exploração internacional, fazendo dessa participação na

---

<sup>12</sup> O pensamento Pan-Africanista tem suas raízes já no século XIX, em solo estadunidense, com personalidades como Alexander Crummel, Edward Lyden, Marcus Garvey e W. E. du Bois, com seus ideais de liberdade e integração, tendo ganhado força e se espalhado por outras partes do mundo a partir dos anos de 1930, favorecido pela conjuntura internacional, com conflitos armados e pela criação de organismos diplomáticos e intelectuais. Para uma análise do pensamento Pan-Africanista, ver Anthony Appiah (1997) e Achille Mbembe (2001) que fazem uma crítica ao caráter racista deste movimento.



Segunda Grande Guerra uma forma de enfraquecer o pensamento colonial nas potências européias.<sup>13</sup>

Neste contexto de profundas turbulências mundiais e, por conseqüência, reformulações do equilíbrio de forças no âmbito diplomático e na economia política, crescem no mundo todo e, principalmente, no continente africano o pensamento Pan-Africanista e anticolonial. Mais precisamente, nos anos entre 1956 e 1964, ocorrera a maior parte das independências dos países africanos e foram organizados diversos eventos de caráter pan-africanista. Tendo suas raízes no século XIX, o movimento pan-africano apresenta muitas nuances e é marcado pela diversidade, podendo ser dividido em diversos tipos.<sup>14</sup> Como definição, o cientista político nigeriano Opeyemi Ola apresenta o movimento pan-africano como um conjunto de idéias políticas em torno de ideais de *libertação e integração* africana e afrodescendente, no esteio da luta anti-racista, anticolonial e antineocolonial.

O movimento *Negritude* tem suas raízes ligadas a movimentos nascidos em diferentes regiões do mundo. No território estadunidense, no bairro negro do Harlem, foi criado um movimento literário e artístico, por volta de 1920, chamado *New Negro*, cuja meta era exorcizar estereótipos e preconceitos difundidos no imaginário social. Nas ilhas do Caribe, em Cuba e no Haiti, surgem movimentos similares, com artistas e poetas que se propunham à valorização da cultura africana e afrocaribenha. Por fim, em Paris do entre guerras estudantes negros, oriundos de países colonizados começam a se mobilizar e publicar periódicos com denúncias da opressão racial e do modelo hegemônico e preconceituoso da cultura européia. Além disso, defenderam a volta às raízes africanas (DOMINGUES, 2005, p. 196).

---

<sup>13</sup> A participação africana na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças coloniais, seria, no dizer de Mazrui, escolher, entre os “vários demônios”, aquele que já conhecem (IDEM, p. 133).

<sup>14</sup> O professor Muryatan Barbosa divide o Pan-Africanismo em pan-africanismo cultural, pan-africanismo histórico e pan-africanismo político. Não é objetivo desta pesquisa discussão mais aprofundada deste movimento (BARBOSA, 2015, p. 8).

Essas críticas, oriundas de várias partes do planeta marcou a fundação de uma ideologia da negritude no cenário mundial e teve como principais objetivos buscar a identidade negra africana, lutar pela emancipação dos povos oprimidos e propor revisão das relações entre os povos, buscando construir uma civilização isente de universalização (MUNANGA, 1985, p. 43-44). A partir da ação político/intelectual de vários escritores, o movimento avança nas discussões acerca da importância do *ser negro*, de buscar sua relação com a terra-mãe e da solidariedade entre irmãos negros do mundo inteiro. Passo primordial foi a criação da revista *Présence Africaine: Revue Culturelle du Monde Noir*,<sup>15</sup> que foi valioso instrumento de divulgação das idéias do Pan-Africanismo e do Negritude.

No bojo destes dois movimentos, no período acima apontado, entre 1956 e 1964, foram organizados eventos de grande importância para o pensamento pan-africano. Neste período foram organizadas a *Conferência de Bandung* (1955), a *Primeira Conferência Internacional de Escritores e Artistas Negros* (Paris, 1956), a *Segunda Conferência Internacional de Escritores e Artistas Negros* (Roma, 1959) a *Conferências dos Povos Africanos* (Acra, 1958) e a *Conferência dos Líderes de Estados Africanos* (Adis-Abeba, 1963).

Nestes eventos é debatida a construção de articulações políticas para a construção de blocos entre países africanos em processo de independência, além de ser cenário fecundo de discussões acadêmicas que propiciaram intensos debates sobre a presença e as atuações de africanos e afrodescentes no mundo. Nestes eventos ganham destaques personalidades que se tornarão ícones do pensamento africano e diaspórico, tanto na pesquisa acadêmica, quanto no cenário político do movimento anticolonial, como Leopold Senghor, Cheick Anta Diop, Aimé Césaire, entre tantos outros.

---

<sup>15</sup> Este revista foi criada em 1947 e contava com a participação de iminentes intelectuais africanos e diaspóricos, liderados por Alioune Diop e Christiane Diop (Senegal) e com a participação de Aimé Césaire (Martinica), Lopold Sédar Senghor (Senegal), Léon-Gontran Damas (Guiana Francesa) entre outros. Tinha como mote recriar o orgulho pela cultura africana, buscando renovação, ilustração e criação de novos valores ao mundo negro ((cf. Barbosa, 2015, p. 4).

Dentro dessa diversidade de pensamento, cabe ressaltar o que é conhecido como Pan-Africanismo Histórico. Como já visto, na primeira metade do século XX podemos constatar o aumento da produção historiográfica sobre o continente africano e sobre a escravidão. Embora possuindo caráter racista e colonial, a historiografia produzida em países fora da África apresentou reflexões que foram de importância crucial na formação do pensamento anticolonial. Algumas dessas reflexões foram obras de intelectuais negros da diáspora, com publicações como *Journal of Negro History*, que trouxe ao público ocidental informações sobre fatos relevantes da História Africana. Alguns exemplos dessa historiografia são os trabalhos de Eric Williams, principalmente a obra *Capitalismo e Escravidão*, de 1944 e C. L. James, com o livro *Jacobinos negros*, de 1938. O que marca essa produção historiográfica é o estabelecimento de aprofundamentos sobre a importância do escravismo e das relações raciais na formação e estabelecimento do sistema capitalista e, por conseguinte, do desenvolvimento econômico dos países ocidentais.<sup>16</sup>

No rastro desses tempos de intempéries e mudanças no cenário internacional, ganha força a personagem do historiador senegalês Cheikh Anta Diop, certamente um dos mais importantes personalidades mundiais na pesquisa e escrita históricas. As idéias de Diop serão inaugurais na escrita da história no continente africano, em uma perspectiva endógena, e vão influenciar os caminhos da pesquisa sobre África, em todo o mundo, nos mais distintos campos. Para Anta Diop, a África é a mãe da civilização mundial sendo “*Le producteur de valeurs de civilisation par excellence*” (DIOP, 1985).<sup>17</sup> O pensamento do escritor senegalês é fundado sobre alguns princípios, segundo os quais a África é o berço da humanidade e tem sua unidade estabelecida em

<sup>16</sup> Não estou dizendo que essa perspectiva histórica faça parte do pensamento pan-africano, nem que ela vá abrir caminhos para a produção endógena em África. No entanto, é necessário destacar a importância das questões levantadas por esses historiadores, questões retomadas por pesquisadores africanos.

<sup>17</sup> O confinamento do continente africano ao mundo a-histórico é, segundo Diop, obra de Hegel e dos ideólogos modernos. Livros publicados nas décadas entre 1960 e 1980, para ele, levam os africanos (tornados amnésicos), a encontrar a memória histórica.

uma profunda relação histórico-cultural com o Egito e a Núbia, que foram as primeiras civilizações da humanidade.

Do engajamento de Diop se constituirá um grupo de iminentes historiadores formados a partir das décadas de 1960 e 1970, no qual se vinculam Theophile Obenga, John Clarke, Joseph Ki-Zerbo e outros. A partir deste grupo o que se instituirá é uma revisão da literatura histórica produzida sob a égide da academia européia e estadunidense, voltando seu olhar para o que se passou a chamar de projeto *Afrocentrista* da história africana.

### **b) Historiografia africana nacionalista**

Tendo estabelecido a crítica ao pensamento historiográfico colonial, que possuía nítida postura racista, os novos ares historiográficos, fortalecidos no período pós Segunda Guerra Mundial, são marcados pela ascensão das concepções nacionalistas. Neste cenário, a produção historiográfica toma por desafio restabelecer a consciência história africana, em uma jornada que irá se estender até a década de 1980, aproximadamente. Esta historiografia, aos olhos de muitos pensadores, também fora influenciada pela ideologia racista, já que produzida em centros de pesquisas europeus, inclusive quando instalados em países colonizados em território africano. Trata-se de oferecer ao movimento nacionalista um passado digno de suas ambições, cerrando o cordão umbilical com o passado colonial. Ao mesmo tempo, os jovens Estados nacionais concebiam o campo da História como um lugar privilegiado para a construção da unidade nacional – da mesma forma como parte do pensamento Pan-africanista visavam à construção de uma grande unidade continental. Na Universidade nigeriana de Ibadan, para citar um importante exemplo, se formou, desde os anos de 1950, um conhecido grupo de pesquisadores – a “Escola da História de Ibadan” –, que trabalharam para a renovação dos estudos sobre a África, privilegiando a pesquisa sobre narrativas de eventos

políticos do período anterior à colonização, focando o caso da Nigéria, apontando para os princípios da unidade e continuidade políticas.<sup>18</sup>

Nesta política de descolonização da Memória Histórica, muitos governos nacionalistas investiram em pesquisas para a produção bibliográfica para levar às escolas materiais com a história africana. As transformações foram possíveis em função de vários fatores, tanto políticos como acadêmicos. Primeiramente, é necessário destacar as inúmeras conferências internacionais de história e arqueologia africanas, como por exemplo, os seminários organizados na *School of Oriental and African Studies*, em Londres, na década de 1950 (Ajayi e Alagoa, p. 130). Nestas décadas foram organizados departamentos de pesquisa em História da África em universidades européias e africanas, levando os pesquisadores para o solo africano. Ampliando e aprofundando o alcance destas medidas, muitos africanos foram levados à pesquisa histórica, tornando-se historiadores profissionais (Fage, 2010, p. ???).

Na perspectiva acadêmica, as pesquisas realizadas em países africanos apresentaram valiosas contribuições para o desenvolvimento das Ciências Sociais em todo o planeta. Fugindo aos padrões da historiografia européia, as pesquisas históricas no continente africano passam a valorizar as fontes históricas não escritas, tais como as tradições orais e os achados arqueológicos. Para que tais fontes pudessem ser utilizadas, a pesquisa histórica ganhou investimentos governamentais, estabelecendo o princípio multidisciplinar como base metodológica, produzindo muitos frutos. Os estudos multidisciplinares criaram condições para a manipulação do material recolhido das tradições orais, e proporcionaram que a História Africana ganhasse status de ciência válida nas universidades (AJAVI & ALAGOA, p. 130-31).

Quando nos voltamos para os métodos e as formas de abordagens há uma profunda alteração. Se a historiografia colonial propunha a filiação da história africana à européia e como continuação desta, nesta abordagem nacionalista o

---

<sup>18</sup> Entre os historiadores deste grupo, um dos mais expressivos é Joseph E. Inikori, que será um dos que sustentará as análises feitas nesta pesquisa.

que se acentua é a dinâmica interna, buscando ressaltar as iniciativas endógenas. Ao passado negado se impõe sua exaltação. A memória é reescrita enfatizando as magníficas civilizações, ressaltando não uma população sem história, mas um passado glorioso. Substitui-se a “lenda negra”, que tira qualquer historicidade das sociedades africanas e imputa a “lenda dourada”, que reafirma com vigor a historicidade destas sociedades, ressaltando as grandes realizações vividas em harmonia (Thioub, 2008, p. 164)

As autoridades governamentais dos novos Estados Nacionais participam decisivamente na empreitada de construção de uma nova Memória Histórica. São organizadas conferências reunindo líderes ligados aos órgãos responsáveis pelos sistemas educacionais encorajando a publicação de manuais de história,<sup>19</sup> com essa abordagem não colonial. Dessa forma, diversos países, por muitos anos, colocaram a história na linha de frente da construção da Memória nacional. Uma conferência organizada por países francófonos, em Tananarive, em 1965, tomou a decisão de os programas escolares de história deveriam voltar seus olhares para a história africana. Nesta mesma direção fora o papel desempenhado pela *Association Universitaire pour le Développement de l'Éducation et de la Culture en Afrique et a Madagascar* – AUDECAM, com sede em Paris. Visando municiar os bancos escolares com uma historiografia africanizada e publicar manuais escolares e fichas pedagógicas que auxiliassem as escolas no ensino da História, a AUDECAM reuniu, também em 1965, um grupo de especialistas, como ícones do quilate de A. M. Mbow, J. Ki-Zerbo e J. Devisse.

Mas essa produção historiográfica é fortemente marcada por apresentar uma perspectiva voltada para a história das elites. Ibrahima Thioub (2001), tecendo fortes críticas à chamada historiografia nacionalista, afirma que esta valoriza o discurso social dos grupos dominantes africanos, se encarregando de velar o conteúdo opressivo das hierarquias sociais no seio das sociedades africanas.

---

<sup>19</sup> Na década de 1960 houve publicações diversas. A nível de exemplo, podemos citar *l'Afrique occidentale dès 1961*, de D. T. Niane e Jean Suret- Canele, em 1961 e também *Histoire de l'Afrique centrale*, de 1975, escrito por I. B. Kaké e Y. Maquet (Bah, 2015, p. 28).

Dessa forma, opondo um ponto de vista da invenção de uma África de cor negra, onde reina a barbárie, o que justifica o tráfico negreiro e a colonização, a historiografia propõe um passado glorioso de harmonia e equilíbrio.

Neste ponto, encontramos duas faces de uma mesma moeda. Ao procurar entender a existência de graves casos de violência, tanto relativos à escravidão, quanto relacionados à colonização, os historiadores chamados nacionalistas atribuíam esses fatos a agentes externos. Em outras palavras, se havia opressão – mesmo que envolvendo hierarquias locais –, esta está relacionada à nefasta influência dos países colonizadores (Thioub, 2001, p. 7). Mais uma vez, a História da África é vinculada, mesmo que parcialmente – embora em aspectos muito importantes – à influência e interesse dos países ocidentais e não a questões endógenas. Discutindo a postura desses historiadores, Thioub questiona

Comment mettre en évidence la falsification de l'histoire africaine opérée par l'ideologie coloniale et écrire une autre histoire de l'Afrique, tout en restant dans les normes académiques de cette époque. (Thioub, 2008, p. 163).<sup>20</sup>

Por outro lado, é possível observar nesta assertiva um paradigma cromático baseado na pigmentação da pele, que ao fim e ao cabo definem os papéis de cada grupo social no desenrolar dos fatos históricos, algo muito próximo dos princípios racistas europeus dos séculos XVIII e XIX.

Reforçando essa forma nefasta construção da Memória Histórica, encontramos uma questão que se encontra posta em recentes discussões. Ao projetar para os agentes externos as responsabilidades por problemas que afligiram os países africanos no desenvolvimento de suas instituições, fica exposto o desejo de absorver a África e os africanos, de quaisquer responsabilidades sobre os problemas vividos no período da escravidão e da colonização. São vistos,

---

<sup>20</sup> Em tradução livre: Como denunciar a falsificação da história africana, marcada pela ideologia colonial e escrever uma outra história da África, mantendo as mesmas normas acadêmicas daquela época.



assim, como meras vítimas da crueldade do Ocidente.<sup>21</sup> Esse olhar, ao mesmo tempo em que se mostra vitimizador, destaca a ação desumanizadora dos países europeus e absolvem os Estados e as elites africanos de seu papel 'no funcionamento das empresas ligadas ao domínio colonial e ao tráfico de escravos, jogando às sombras os ganhos que esses grupos das elites africanas obtiveram. Essa forma de análise tem um aspecto profundamente dependentista.

Essa forma vitimizadora proporciona conseqüências importantes, como por exemplo, o fato de promover uma restrição de temas para a pesquisa histórica, já que deixa de fora quaisquer focos ou evidências que fujam ao paradigma de vitimização. Para Thioub,

Ainsi apparaît le double danger de la logique victimaire. D'une part, elle interdit l'approche scientifique de certains objets d'histoire exclus par auto-censure du champ d'investigation et d'outre part, elle infantilise les acterurs africains qui subissent ainsi une histoire imposée par les acteurs externes et ne participe au processus historique que comme sujets passifs (IDEM, p. 14).<sup>22</sup>

São estes aspectos que alguns críticos usam como base para afirmar que há nesta historiografia chamada nacionalista, fortes resquícios do pensamento colonial e racista, frutos da ideologia colonial européia do século XIX.

Os anos entre 1960 e 1990 apresentam maior abertura de temas e nas práticas dos historiadores. Várias são as rupturas proporcionadas por novas abordagens a respeito da Memória Histórica das sociedades africanas. Uma questão enfrentada foi lançar um olhar crítico sobre as diferentes formas de inserção de diferentes estamentos sociais nas sociedades hierarquizadas nos países africanos. Alguns pesquisadores mostram como, na estruturação de

---

<sup>21</sup> Discussões mais abrangentes sobre as diferentes formas de abordagens da História da África terão destaque mais a frente.

<sup>22</sup> Em tradução livre: "Assim temos o duplo perigo da lógica da vitimização. Por um lado, se proíbe a pesquisa de certos objetos de pesquisa histórica, excluídos por auto-censura do campo de investigação e por outro, ela infantiliza os atores africanos, que são relegados a uma história imposta pelos atores externos e participam do processos históricos unicamente como sujeitos passivos".

instituições como o tráfico de escravos e a colonização, forças sócio-econômicas endógenas atuaram por vários séculos e que, longe de se constituírem vítimas destas instituições, souberam se engajar e tirar proveitos. Abdoulaye Ly (1993, p. 329), por exemplo, mostra como as elites que estabeleceram conexões continentais, no período do tráfico negro, apresentam relações com as elites contemporâneas em Estados africanos. Nesta mesma linha de análise, Bwenba-Bong (2013) afirma que em inúmeros Estados africanos contemporâneos os grupos articulados com os Estados europeus colonizadores se encontram, hoje, ocupando os postos de comando em seus países, impondo governos ditatoriais e garantindo a manutenção do domínio europeu no continente africano.<sup>23</sup>

### **1.2A luta pela memória: abordagens conflitantes na historiografia sobre a África**

Como *lugar de memória*, a historiografia abriga incontáveis controvérsias. Essa afirmativa pode ser feita com relação à produção historiográfica de qualquer parte do planeta. Como apontado acima, a construção social da Memória envolve disputas entre os grupos que constituem as sociedades, promovendo a afirmação de memórias de alguns e o esquecimentos das de outros. Assim, na produção da Memória Histórica, esses conflitos se apresentam de forma evidente, gerando diferentes abordagens, sobre temas escolhidos em sintonia com os interesses de grupos dominantes, utilizando fontes históricas e métodos de pesquisa seletivos.

No que se refere à Historiografia produzida em países africanos, esses conflitos são facilmente perceptíveis no desenvolvimento apresentado acima, com variantes abordagens feitas nas fases discutidas. Obviamente, esta divisão é uma possibilidade estritamente teórica, não devendo ser vista como

---

<sup>23</sup> Bwemba-Bong se aproxima da análise nacionalista defendendo a ideia de que todos os males que afligiram os países africanos são oriundos da Europa. Mas, cabe ressaltar a forma incisiva como aponta o papel subserviente das elites africanas no período colonial e como esses grupos se mantêm governando países como a Guiné, o Togo, Gana, Camarões, dentre outros, franqueando às empresas estrangeiras o acesso às reservas naturais do território africano e estabelecendo uma relação de domínio e exploração.

uma camisa de força, amarrando determinados autores a certas fases, de forma rígida. Certamente, os pesquisadores apresentam, em seus trabalhos, características e abordagens cruzadas, com influências das várias fases.

Nesta parte do Artigo, o que está proposto é um debate acerca das diferentes formas de se conceber e escrever o conhecimento histórico. Ora, a Memória Histórica – fato que já foi observado acima –, terá forte impacto na Memória Social, passando pelos manuais escolares e influenciando na forma como a sociedade é concebida pelas pessoas que as compõem.

Certamente seria uma tarefa gigantesca abordar os vários temas importantes discutidos pelos principais historiadores da África e essa não é a ambição dessa pesquisa. Assim, discutiremos os debates realizados sobre o tema dessa pesquisa, ou seja, escravidão e o tráfico de escravizados. Essas temáticas estão presentes no cenário mundial da pesquisa histórica e oferece farta literatura, tornando inviável, considerando a proposta inicial. Dessa forma, então, se fará um recorte que privilegie a historiografia e a Memória Histórica produzida no território africano ou por historiadores oriundos de países africanos, mesmo que atuem em centros de pesquisa na Europa ou nos Estados Unidos. Em ambos os recortes, será dado enfoque principal à região da África Ocidental. As abordagens de historiadores não africanos serão importantes quando estas colocarem questões pertinentes e que se assentam no campo de batalha na disputa como se constrói a memória sobre a escravidão e o tráfico de escravizados.

Os temas propostos possuem uma força interna que os impõem como temáticas de importância inquestionavelmente grande. Caso houvesse necessidade de justificá-los, não faltariam argumentos baseados em depoimentos de importantes personagens da política contemporânea. Por ocasião de Colóquio sobre escravidão, organizados em Nantes,<sup>24</sup> no ano de 1985, o então Diretor Geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas

---

<sup>24</sup> O tema do colóquio foi “De la traite à l’esclavage Ve-XVIIIe siècle”. Este colóquio foi organizado pelo *Centre de recherche sur l’histoire Du monde atlantique* e pela *Société française d’histoire d’Outre-mer* e recebeu o apoio da UNESCO.

para a Educação, a Ciência e a Cultura), Henri Lopes, para quem há relação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa e os lucros oriundos do “*commerce du bois d’ébène*”, relação esta que, ao mesmo tempo teve impacto desastroso no (sub)desenvolvimento do continente africano. O tráfico negreiro e a instituição da escravidão não tiveram papel irrelevante. Pelo contrário, não só na África, mas também no continente americano, essas instituições são, de fato, essenciais para se compreender suas histórias.

Parece inquestionável também que essas temáticas tem tido expansivo envolvimento emocional. As publicações feitas ao redor do mundo de teses e posicionamentos políticos têm suscitado acalorados debates, tanto nos espaços acadêmicos, quanto nas instituições políticas e diplomáticas. Um momento chave foi a realização da “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância”, realizada pela Organização das Nações Unidas, em Dubai, no ano de 2001, onde grandes e polêmicos debates foram travados acerca da questão da realização de reparação do tráfico de escravizados, que fora declarado crime contra a humanidade, sobretudo o comércio atlântico de escravizados levados da África para as Américas.<sup>25</sup> Não há dúvidas de que o tráfico de escravizados foi um evento de proporções gigantescas e que gerou uma transformação em escala planetária na distribuição de forças geopolíticas, econômicas e simbólicas. Acontece que a aparente convergência de opiniões sobre essa temática acaba aí. O que se vê, depois, são posicionamentos conflitantes, gerando intensos debates historiográficos e diferentes posicionamentos políticos.

Dos muitos pontos de discórdia e polêmicas, com relação ao tráfico negreiro, um primeiro que vamos destacar é o caso francês, com as críticas à Lei Taubira, de 2001, promulgada pelo Governo Francês, declarando o tráfico de escravos crime contra a humanidade. O historiador Pierrick Pourchasse (2009) dá o tom da controvérsia, questionando a autoridade da lei – ou do legislador – de determinar o que seria uma *verdade histórica*. Para este historiador, as

---

<sup>25</sup> No âmbito do Parlamento francês o tráfico fora dado como crime contra a humanidade, com a “Lei Taubira”, de 2001, não sem antes gerar acalorados debates na sociedade francesa.

tarefas de estabelecer os fatos, compreender suas interconexões e seus significados são exclusivas do ofício do historiador. Não sendo possível, tendo por fundamento uma lei contemporânea, elaborada a partir de um olhar imbuído de valores inerentes aos dias atuais, fazer uma justa avaliação de um fato que se passou há vários séculos. Pourchasse (Idem, p. 168) lança dúvidas sobre a maneira como alguns franceses definem esse período da história como genocídio, afirmando que para “(...) l'historien, ce n'est évidemment pas un génocide puisqu'il n'y a pas intention délibérée de détruire un peuple”.<sup>26</sup> Essas considerações são fundamentais porque exemplificam o clima acalorado em que a sociedade francesa se encontrava no início do século XXI – o mesmo se pode afirmar em relação a outras partes do mundo –, mais de cem anos após a proibição do tráfico de escravizados e da abolição da escravidão em colônias francesas. Mostram, também, como a memória sobre o tráfico de escravos apresenta controvérsias, com desdobramentos políticos, escancarando o fato de que essa chaga histórica está distante de encontrar o momento em que será superada.

#### **a) Ainda sobre a “querela dos números”**

Relacionado ao tema do tráfico negreiro, há uma questão que levanta muitas controvérsias, que discute o quantitativo de escravizados traficados do continente africano para as Américas.<sup>27</sup> Fundamental neste debate é a contribuição do historiador Philip Curtin, que certamente foi um marco nos revisionistas estudos quantitativos do tráfico escravista transatlântico. Bah (2015, p. 53) situa Philip Curtin na chamada historiografia colonial, que apresenta argumentos para minimizar os números do tráfico negreiro. Partindo

---

<sup>26</sup> Em tradução livre: “Para o historiador, o genocídio não é evidente, já que não há intenção deliberada para destruir um povo”.

<sup>27</sup> Trata-se, não restam dúvidas, de um tema saturado. Entretanto, essa controversa é privilegiada para ilustrar o conflito pela memória entre historiadores com posições teóricas divergentes, além de estar diretamente relacionado ao tema do impacto da colonização e do tráfico no subdesenvolvimento dos países africanos. Nesta pesquisa não serão analisados exaustivamente os argumentos de uma ou outra forma de compreender esse fato histórico, que já possui farta bibliografia. Dessa forma, tão somente será ressaltada a natureza conflitiva das visões antagônicas e os desdobramentos políticos inerentes a cada uma delas.

de estimativas que variavam entre 13 e 25 milhões de escravizados comercializados entre as regiões africanas e o Novo Mundo, Curtin, propôs correções de dados e cortou pela metade esses números, estimando em, no máximo 11 milhões de almas traficadas. Essas estimativas obtiveram grande impacto na historiografia sobre o tráfico negreiro, em todo o mundo. O principal argumento de Curtin se baseia na crítica ao método adotado para o cálculo até então realizado, que adotava o critério de estabelecer uma média anual, que servia de variante para todos os anos a serem contabilizados. Para Curtin, esse método esbarrava nas flutuações dos números de embarques anuais, comprometendo a média estabelecida e inviabilizando o método. Assim, os autores vinculados a essa corrente “revisionista” levantaram suspeitas sobre os números já expostos acima.

Entre os historiadores africanos, estas estimativas levantaram vários questionamentos. O mais contumaz crítico dessas estimativas foi o historiador nigeriano, membro proeminente da renomada “Escola Histórica de Ibadan”,<sup>28</sup> Joseph E. Inikori. A partir de pesquisas realizadas em arquivos dos principais portos das nações envolvidas no comércio de escravizados, Inikori apresentou estimativas que oscilam entre 15 e 20 milhões de escravizados traficados pelo Atlântico (INIKORI, 2010).<sup>29</sup> Inikori se contrapôs aos argumentos de Curtin, afirmando que este exagerou as flutuações anuais do volume do tráfico na tentativa de inviabilizar os números de escravizados envolvidos no comércio, subestimando, assim, o quantitativo. Mesmos os dados levantados em pesquisas feitas por um grupo de pesquisadores, sob a liderança de David Eltis, que elevam um pouco os números propostos por Curtis, são desconsiderados por Inikori.

---

<sup>28</sup> Reunidos em torno da Universidade de Ibadan, na Nigéria, desde a década de 1950, este grupo de pesquisadores africanos renovaram os estudos sobre a África, especialmente as sociedades nigerianas quando de sua independência, privilegiando pesquisas e narrativas de eventos políticos anteriores à conquista europeia (LOPES, 2013, p.

<sup>29</sup> No Capítulo escrito por Inikori na obra *História Geral da África* (2010), organizada pela UNESCO, Inikori oferece o número de 15.400.000 (quinze milhões e quatrocentos mil), o número de escravizados exportados através do Atlântico, durante os séculos XVI e XVII, ou seja, 40% (quarenta por cento) acima das estimativas de Curtin (INIKORI, 2010, p. 100).

O debate sobre o quantitativo do tráfico de escravizados foi abordado, também, por Elikia M'Bokolo (2008), onde oferece valiosa contribuição no que ele chama de *A querela dos números*. Para M'Bokolo, *a comédia dos erros* é resultado do fato de que “o debate foi carregado de *a priori* e de cálculos ideológicos que os avanços científicos estão longe de ter suplantado” (M'Bokolo, 2008, p. 328).

Primeiramente, M'Bokolo destrincha a historiografia revisionista, que se desenha, segundo o historiador congolês, a partir de três ângulos, de onde pretendem trazer argumentos para (a) banalizar a tarefa negreira, (b) reduzir-lhe os números e (c) interrogar-se a respeito dos benefícios oferecidos ao continente africano. No que se refere à problemática aqui levantada, M'Bokolo afirma que o historiador mais drástico a puxar para baixo os números do tráfico negreiro foi o americano Philip Curtin, cuja obra, “The Trans-Atlantic Slave Trade: a Census”, de 1969, pode ser considerada a certidão de nascimento “científica” da “escola minimalista” (Idem, p. 329).<sup>30</sup>

Entretanto, M'Bokolo lança forte condenação ao que ele chama de *Uma tarefa difícil*, sendo a quantificação do tráfico negreiro um desafio que corre o risco de jamais chegar a resultados unanimemente aceitos. As barreiras apontadas são muitas. Primeiramente, os números levantados carecem de meios para averiguações, ou seja, o que interessa um número de, por exemplo, 15 milhões, se não há termos de referências, como a população do continente, ritmo anual, as etnias atingidas ou suas demografias?

Outra dificuldade apontada por M'Bokolo diz respeito aos documentos contratuais usados por Curtin como fontes para os levantamentos numéricos. Estudos mostram que as quantidades contratadas não são capazes de precisar o real número de escravizados transportados, já que incidem sobre essas transações comerciais fatores que estão além das cláusulas contratuais, como a capacidade de suprimento das regiões de origem dos escravizados, a mortalidade, as pilhagens, dentre outras fatores (M'Bokolo, p. 331-332).

---

<sup>30</sup> A “escola minimalista”, nas análises de M'Bokolo, está em oposição à “escola maximalista”, cujos números variam entre 20 e 40 milhões de escravizados comercializados através do Atlântico.



O fato de que um levantamento preciso acerca dos números do tráfico negreiro através do Atlântico configura-se como *uma tarefa difícil*, não lança um véu sobre um aspecto também bastante controverso no debate acerca da memória histórica sobre a escravidão e o tráfico. Buscando ampliar o ângulo de análise, o volume total do tráfico está umbilicalmente ligado ao nível de lucratividade deste comércio que puxa no seu bojo, as questões relativas, primeiro, ao subdesenvolvimento dos países africanos e, também, ao desenvolvimento do capitalismo mundial, com foco privilegiado em economias de países da Europa. Eis um feroz campo de batalha, onde se gasta enorme quantidade de tinta.

#### **b) O papel do tráfico de escravizados no desenvolvimento capitalista**

O primeiro estudo histórico a abordar a relação entre a escravidão africana e o desenvolvimento do capitalismo foi uma célebre obra do historiador de Trinidad e Tobago Eric Williams, que desenvolve a ideia de que a riqueza de países da Europa é, em grande parte, devida à exploração do tráfico de escravizados e da própria escravidão, através do comércio triangular,<sup>31</sup> envolvendo África, Europa e Américas. Em sua obra *Capitalism & Slavery*, de 1944, Williams se concentra sobre o estudo do desenvolvimento do capitalismo inglês, a partir da tese de que a escravidão e o tráfico negreiro financiaram a Revolução Industrial e que a destruição do sistema escravista deve ser creditada à maturidade do capitalismo industrial (Williams, 194, p. vii).<sup>32</sup>

Para Williams, o tráfico e a produção da agricultura baseada na força de trabalho escravista nas Antilhas ofereceram à economia inglesa um mercado dinâmico que favoreceu o surgimento de novas indústrias (alimentadas pela produção de cana-de-açúcar, de tabaco, de rum e outros produtos enviados para regiões da África) e, também, o fortalecimento de antigas manufaturas, responsáveis por abastecer os mercados das colônias inglesas. A Revolução

---

<sup>31</sup> Os escravos eram levados da África, em troca de manufaturados ingleses (contribuindo para o crescimento da produção doméstica inglesa) e localizados nas monoculturas coloniais, onde eram a principal força de trabalho na produção de matéria prima para as manufaturas inglesas.

<sup>32</sup> M'Bokolo localiza forte confluência de Karl Marx – quando estuda a “acumulação primitiva” como gênese do capital industrial – e Adam Smith na obra de Eric William (M'Bokolo, 2008, p. 335-336).

Industrial, iniciada em solo inglês e solidificada no continente europeu, teve sua estrutura erigida sobre o já mencionado comércio triangular, que era extremamente lucrativo para os negociantes e industriais ingleses. Toda essa estrutura era garantida por princípios mercantilistas de monopólio comercial das metrópoles sobre as colônias.

Essa obra de Eric Williams suscitou vigorosas reações em todo o mundo, sobretudo após a década de 1960,<sup>33</sup> alcançando, inclusive, discussões quase um século depois de publicada. A *bomba Eric Williams*, como a ele se referiu M'Bokolo (2008), não teve unanimidade, mesmo entre os historiadores africanos. Inikori afirma que Williams não obtivera total êxito na comprovação da hipótese de que a colonização e o sistema escravista influíram de forma decisiva para o desenvolvimento industrial europeu. Para Inikori, no momento em que Williams escrevia seu livro, lhe faltava documentação e instrumentos metodológicos para que pudesse alcançar esse intento. Além disso, Inikori destaca o fato de que a principal análise de Williams foi buscar entender “the causal relationship between industrial capitalism in England and the abolition of the slave trade and slavery by the British government”. (Inikori, 2002, p. 5).<sup>34</sup>

Entretanto, é importante destacar que Inikori defende a hipótese de que o crescimento do sistema atlântico com base no tráfico negreiro e na escravidão africana empregada nas Américas foi crucial para o fortalecimento do comércio ultramarino nos séculos XVII e XVIII, que por sua parte, foi crucial para as transformações econômicas inglesas que abriram caminhos para a industrialização.

Para analisar o impacto do comércio Atlântico na economia do continente europeu, Inikori define e distingue períodos da história econômica da Europa Ocidental (INIKORI, 2010, p. 102-108). No primeiro período (1500-1650), as sociedades da região atlântica não tinham, ainda, estruturas para que as forças

---

<sup>33</sup> Joseph Inikori afirma que a Segunda Guerra Mundial retardou um pouco a reação de pesquisadores à tese de Williams (INIKORI, 2002, p. 4).

<sup>34</sup> “(...) a relação causal entre o capitalismo industrial na Inglaterra e a abolição do tráfico negreiro e da escravidão pelo governo inglês”.

do mercado determinassem a divisão mundial do trabalho. Assim, pela força, países europeus dominaram regiões ao redor do mundo, de onde drenaram para seus territórios do Velho Mundo recursos naturais. Entre esses recursos, Inikori destaca os metais preciosos, proveniente, sobretudo das colônias espanholas, acelerando a comercialização nas atividades econômicas, o que produziu aquilo que Inikori chama de “revolução dos preços no século XVI”, ponto de partida para o desenvolvimento da agricultura capitalista na Europa Ocidental, em especial na Inglaterra.

Ao mesmo tempo, as riquezas minerais dinamizaram o mercado espanhol, a partir do aumento do consumo das classes senhoriais, tanto na metrópole quanto em suas colônias. Dinamiza-se, assim, o comércio internacional envolvendo algumas das mais importantes economias do continente europeu, como Holanda, França e Inglaterra (Idem, p. 104).

No segundo período (1560-1820), Inikori detecta a formação de estrutura econômica e social nos países da zona atlântica, em um processo de transformação capitalista, intimamente relacionado ao sistema atlântico. Este período deve ser visto em sua relação com a diminuição do fornecimento de metais preciosos e o fortalecimento de medidas protecionistas, degenerando as economias. Dessa forma, constata Inikori,

Nitidamente, a natureza e a origem da crise do século XVII indicam que, para levar a cabo seu processo de transformação capitalista, a Europa Ocidental *precisava de muito mais oportunidades econômicas comparativamente ao que o continente podia, em si, oferecer* (Idem, 104) (grifo nosso).

Sendo insuficientes os limites da economia europeia, foi necessária a mudança do eixo econômico, tornando mais intenso o comércio atlântico, fortalecendo o chamado comércio triangular – já descrito, acima. Assim, a distribuição dos produtos americanos na Europa ganhou proporções inauditas, da mesma forma que as exportações e reexportações para as Américas. Inikori chama a atenção para o fato de que essa notável expansão no sistema atlântico levou à

criação de empregos, ao aumento demográfico nos séculos XVIII e XIX, sendo esses fatos determinantes para o aumento da demanda, provocando o advento de inovações técnicas. É esse o processo que dará nascimento às revoluções industriais na Europa Ocidental e, mais tarde, nos Estados Unidos da América, com a expansão da produção de bens de consumo, do comércio, do incremento das transações financeiras, sendo tudo isso relacionado às atividades vinculadas ao comércio atlântico, incluindo o tráfico negreiro.

Essa relação direta entre o tráfico negreiro, o comércio atlântico e o desenvolvimento industrial nos países da Europa Ocidental foi colocado sob suspeição por pesquisadores europeus, criando um campo de luta pela memória histórica, com um ingrediente político inquestionável. O historiador Francês Olivier Pétré-Grenouilleau, foi um dos maiores críticos das teorias sustentadas por Inikori, a quem sugere que o historiador nigeriano deve

Tenter de se démarquer des préjugés idéologiques existant derrière toute construction historique, essayer de dépasser les vieux réflexes, ne pas réduire l'Occident au seul cas britannique, ne pas limiter le rôle de la traite dans l'histoire de l'Occident à une étude centrée sur la seule variable économique (et donc prendre également en compte des aspects sociaux, politiques, culturels, etc.), voilà un programme nécessaire et difficile à mettre en œuvre (...). Essayer de passer de visions manichéennes à l'idée d'un faisceau de relations complexes qu'il faut appréhender de manière différent selon le lieu et l'époque, bref, tenter de passer des syllogismes aux synergies, constituerait déjà en soi, un réel progrès. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2004, p. 367-368).<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> "Tentar se livrar dos preconceitos ideológicos existentes em cada edifício histórico, tentando superar velhos hábitos, como reduzir o Ocidente ao caso único da Inglaterra, evitando limitar o papel do tráfico na história do Ocidente em um estudo centrado somente pelo viés econômico (e, portanto, levar em consideração as questões social, política, cultural etc.), sendo este um papel tanto necessário como difícil de programar (...) Tentar superar visões maniqueístas, chegando à ideia de um feixe de relações complexas que são necessárias apreender de maneiras diferentes, variando o lugar e o tempo. Em suma, tentar passa dos silogismos às sinergias, constituindo, isso, em um verdadeiro progresso".

Pétre-Grenouilleau foi mordaz crítico aos trabalhos que, em sua perspectiva, são carregados dos preconceitos ideológicos, marcados pelo reducionismo econômico e por visões maniqueístas ou que reduzam ao caso inglês todo o desenvolvimento industrial do continente europeu.

Prosseguindo no debate acerca da relação entre o comércio atlântico e o tráfico negreiro, o mencionado historiador francês, em trabalho sobre a cidade de Nantes, afirma que os armadores negreiros não fizeram grandes investimentos em indústrias, não passando de industriais de ocasião<sup>36</sup>, preferindo aplicar suas fortunas em bens fundiários. O historiador francês vai ainda mais longe quando analisa o tráfico de escravizados. Para ele, no caso do tráfico francês, os lucros aferidos pelos navios negreiros eram de, aproximadamente, 6% (seis por cento), ou seja, com índices bem acanhados. Na verdade, o comércio negreiro poderia ser caracterizado como uma loteria, pois

Ce que attire les armateurs, ce n'est pas l'idée de gagner, en moyenne, quelques dixièmes d'intérêt de plus, par rapport à de plus classiques investissements, c'est l'espoir de faire parfois un gros coup et de réaliser ainsi de fortes plus-values (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2004, p. 379).<sup>37</sup>

Tratava-se, pois, de uma atividade de um capitalismo aventureiro e aleatório. Surge, neste cenário, a questão da longevidade do tráfico negreiro, já que se torna injustificado que um empreendimento de alto risco, marcado pela aventura, possa ter persistido por aproximadamente cinco séculos. A esse questionamento Pétre-Grenouilleau argumenta que o tráfico, estando instalado dentro de um amplo sistema marítimo, com perdas e ganhos, se manteve como integrado em um poderoso sistema colonial que, por sua vez, fora sustentado por políticas estatais protecionistas praticadas pelas nações coloniais.

---

<sup>36</sup> Olivier Petre-Grenouilleau: Les traites negrieres. Essai d'histoire globale. Paris, Gallimard, 2004.

<sup>37</sup> "O que atrai os proprietários não é a ideia de ganhar, em média, alguns décimos a mais, comparando com os investimentos convencionais. É, na realidade, a esperança de fazer, ocasionalmente, algo grande e realizar, assim, fortes ganhos."

No centro das explicações determinantes para o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa Ocidental está, segundo Pétré-Greouilleau, o mercado realizado dentro do próprio continente. Com relação à Inglaterra, por exemplo, historiadores econômicos afirmam que o formidável desenvolvimento do comércio exterior – com outros países europeus – proporcionou a eficácia e o crescimento das indústrias inglesas, ou seja, no caso inglês o crescimento do comércio é decorrente da indústria, e não o contrário. (POURCHASSE, 2009, p. 176). Segundo Mc Closkey (Apud POURCHASSE), o tráfico negreiro, em seu apogeu, representava tão somente 1,5% (um e meio por cento) dos navios e 3% (três por cento) das toneladas da frota britânica. Sendo o tráfico negreiro uma atividade apenas marginal em relação ao total do comércio e das navegações de navios europeus, a acumulação capitalista foi levada a cabo pela associação de um comércio cujos lucros são regulares, mesmo que acanhados (como a pesca e a navegação de cabotagem) a um tráfico especulativo (como o tráfico negreiro), cujo caráter aventureiro representava grandes riscos (Pétré-Greouilleau, Idem, p. 381-382).<sup>38</sup>

O papel do tráfico negreiro e do comércio atlântico não ocupa lugar especial no desenvolvimento do capitalismo europeu, segundo essa linha de argumentação. Ao contrário, Pétré-Grouilleau, afirma que a influência desse comércio foi nociva para a Europa, pois serviu de frenagem para a modernização deste continente, já que estava ligado e alimentava o Antigo Sistema se contrapondo à modernização. Em outras palavras, em oposição às relações multilaterais, a um sistema competitivo e à diversificação das trocas comerciais, o tráfico negreiro e o sistema atlântico impunha uma política mercantilista, marcada pelo monopólio comercial e pelo protecionismo econômico.<sup>39</sup> É curioso como, na contramão de historiadores que afirmam ter

---

<sup>38</sup> O eminente historiador francês faz essa análise estudando o caso da cidade francesa de Nantes, mas observando que esse exemplo passa ser ampliado para outros centros de navegação na Europa.

<sup>39</sup> Para Robin Blackburn (2003), a escravidão, dentro do sistema colonial, não deve ser vista dissociada da modernização do mundo. Ao contrário, Blackburn afirma que, dentro do desenvolvimento da escravidão no Novo Mundo, estão presentes inúmeros elementos que são usados para definir a modernidade, como o crescimento da racionalidade instrumental, as percepções das identidades baseadas na noção de raça, o desenvolvimento das burocracias administrativas e do sistema moderno

havido ganhos fabulosos das nações colonizadoras da Europa que exploraram o tráfico de escravizados e o comércio atlântico, cresce uma linha argumentativa que classifica esse período como tendo promovido um atraso no desenvolvimento da sociedade moderna na Europa.

E quanto ao próprio continente africano? Quais teriam sido os impactos do tráfico negreiro no seio das sociedades africanas? Não há dúvidas de que as respostas a estas perguntas estão ligadas profundamente ao debate político acerca da existência ou não de uma dívida da Europa aos países africanos, e, por conseqüência, da necessidade ou não de pagamento de indenizações. Não surpreende, portanto, que tenha suscitado tamanha controvérsia na pesquisa e na escrita histórica e, portanto, na produção da memória histórica.

### **c) O impacto do tráfico negreiro sobre o continente africano**

A questão da forma como impactou o tráfico de escravos no continente africano é um tema absolutamente polêmico, que provoca debates com grande vigor. Por volta da metade do século XX, no auge da produção de estudos vinculados ao pensamento pan-africano, vêm à luz os estudos de Walter Rodney. Nascido na Guiana e formado na tradição inglesa, Rodney publica o livro “Como a Europa Subdesenvolveu a África”, em 1972, que teve como recorte temporal o período entre os séculos XV e XIX. Este livro tornou-se um clássico da historiografia sobre as relações de dependência e controle da produção e da mão de obra africanos por europeus.

No seu quarto capítulo, Rodney se concentra sobre o tema central de sua obra, desenvolvendo suas teses. Para Rodney, a partir do século XVI, o tráfico de escravizados sofre uma transformação, dentro do continente africano, passando de um nível regional, na costa ocidental, para um nível continental. Essa ampliação tem sua explicação no acirramento das guerras envolvendo

---

de impostos, a crescente sofisticação do comércio e das comunicações etc. Ressalta, ainda, que o comércio atlântico de escravizados efetuou um processo que chamou de “desinserção” – mergulhando o escravizado em um sistema novo de relações sociais –, o que Anthony Giddens classifica como uma forte característica da modernidade (BLACKBURN, 2003, p. 16-17).



inúmeras sociedades, inclusive das regiões centrais e orientais. Dessa forma, notou-se, primeiro um aumento generalizado do quantitativo de escravizados comercializado e, também, o crescimento da violência social, atingindo diretamente o equilíbrio demográfico em dezenas de milhões. Rodney estima que o sangramento de almas para o comércio negreiro atinge jovens entre 15 e 35 anos de idade (RODNEY, 1982, p. 136-137). Ora, com a drenagem de milhares de vidas pelo tráfico, houve falta de mão de obra para o trabalho rural. Por outro lado, com o aumento das guerras, a mineração, a produção na indústria têxtil, os trabalhos metalúrgicos foram substituídos por práticas militares, tendo por conseqüência a estagnação do desenvolvimento tecnológico (Idem, p. 139-10). No século XV, a tecnologia dos países europeus não era superior a outras partes do mundo, e Rodney cita vários exemplos na Costa do Ouro, no Reino do Congo, em Madagascar etc. de produção de manufaturas que faziam frente à produção Européia. O processo de domínio de territórios africanos criou monopólios de comércio com a Europa e esfacelou a integração entre economias locais.<sup>40</sup>

Rodney destaca, também, o fato de que ao perder a juventude, perdem-se as capacidades criativas nas sociedades africanas, já que o conhecimento se reproduzia a partir das transmissões orais das tradições através das gerações.

As teses defendidas por Walter Rodney obtiveram grande repercussão e logo encontraram ecos. Mais uma vez, entre os estudiosos africanos destaca-se Joseph Inikori, que oferece argumentos muito em articulados defendendo e ampliando os argumentos de Walter Rodney.

Para Inikori, se a expansão econômica do sistema atlântico levou à criação de empregos e estimulou o crescimento populacional na Europa Ocidental, dando impulso ao mercado interno e à produção de bens de consumo, no continente

---

<sup>40</sup> Importante salientar que Rodney não coloca todas as regiões do continente africano no mesmo patamar de fonte de mão de obra escrava. Ao contrário ela se propõe a “falar do tráfico de escravos não em termos gerais, mas referindo-se especialmente aos impactos variados nas várias regiões” (Idem, p. 141). Entretanto, para os objetivos desta pesquisa as contribuições de Rodney ao debate ora proposto serão analisados em linhas gerais.

africano se deu o inverso. A transferência em massa de mão de obra africana para as Américas, com o intuito de sustentar a empresa colonial, teve como reflexo o declínio das sociedades africanas.

Durante o século XV, época em que se intensificaram os contatos entre os exploradores europeus e os habitantes da costa ocidental da África, as sociedades africanas conheciam um período de significativas transformações, com o aumento da população, na organização e nas técnicas de produção, como apontam descobertas arqueológicas feitas na década de 1970 (INIKORI, 2010, p. 120-121).

O ponto da curva descendente começa a ser alcançado a partir do estabelecimento de ligação marítima entre a África, as Américas e a Europa. Num primeiro momento, o estreitamento de relações comerciais entre África e Europa significou a oferta de oportunidades à África Negra para transformações econômicas e sociais, afinal houve crescimento do comércio e, por conseqüência, de produção agrícola e de tecidos. Entretanto, com o aumento da demanda por mão de obra para as Américas, a partir do extermínio da população nativa indígena, a produção colonial do Novo Mundo prescindiu de maior fornecimento de mão de obra que, a partir de então, ajudou a drenar grande contingente populacional para as Américas, interrompendo, dessa forma, o mencionado aumento populacional nas sociedades africanas.<sup>41</sup>

Como mensurar o impacto desse processo de despovoamento? Para Inikori é necessário analisar a composição desse contingente a partir da idade e do gênero. Destaca, assim, que os dados mostram que a importância do número de mulheres provocou importante redução da capacidade produtiva, atingindo, dessa forma, a densidade demográfica pelos dois francos, a queda demográfica direta – pela exportação do indivíduo – e a queda dos nascimentos, pela exportação de mulheres.

---

<sup>41</sup> Inikori estima em 22 milhões o número de escravizados levados da África para outras partes do mundo.

Outro efeito de grandes proporções foi a alteração da estrutura política das sociedades africanas. Levando-se em consideração que a maior parte do contingente a ser vendido era adquirida por meio de guerras, notou-se o surgimento e o fortalecimento de verdadeiras aristocracias militares, promovendo o aumento da frequência de guerras na África,<sup>42</sup> criando um clima de instabilidade política já que “muitos daqueles [Estados] que se formaram durante esse período nunca alcançaram estabilidade política e se afundaram rapidamente” (INIKORI, 2010, p. 129). Por fim, essas mudanças sociais e política alcançaram conseqüências econômicas, com o estabelecimento do que Inikori chama de *Modo de produção escravista*, envolvendo grande número de pessoas. Acontece que, a partir do fortalecimento desse modo de produção baseado na escravidão, a produção e o desenvolvimento dos mercados internos e a produção comercial conheceram uma estagnação. Por essa razão, destaca Inikori, em meados do século XIX, a agricultura de subsistência era predominante na África.

Da mesma forma, tendo sido a produção manufatureira retraída, seja por escassez de mão de obra, seja pela dependência de produtos europeus, as atividades de manufatura não superaram o estágio artesanal. A partir de todos os argumentos levantados, Inikori sugere que não é difícil compreender o estágio de dependência em que se encontravam as sociedades africanas nas vésperas da dominação colonial, que certamente se aproveitou dessa situação, assim como a levou ao extremo.

A defesa do ponto de vista de que a ação dos países europeus dentro do processo de domínio das sociedades africanas e do comércio de escravizados fora prejudicial e promoveu o subdesenvolvimento da África encontrou, também, forte resistência. O primeiro ponto defendido por Walter Rodney e Joseph Inikori considerado frágil é o que se refere à questão da evolução demográfica total ocasionada pelo tráfico negreiro.

---

<sup>42</sup> Inikori lista várias testemunhas oculares que relataram a alta frequência de guerras, na África durante o período destacado.

Criticando as afirmativas destacadas acima, Pierrick Pourchasse considera limitado o impacto do quantitativo de escravizados levados do continente africano, em comparação ao total de sua população. Citando os números estimados por Dennis Cordell<sup>43</sup> de que a população na África girava em torno de 80 milhões de habitantes, em 1750, a venda dos escravizados representava, somente 0,095%, abaixo do crescimento vegetativo, que era de aproximadamente 1% (POURCHASSE, 2005, p. 177).

Em muitos casos, as contestações às análises de Rodney e Inikori foram baseadas em vinculações dessas teses a reações emotivas e ideológicas, como foi o caso de John Fage, que argumenta que as conclusões a que chegaram os estudiosos analisados podem “must be highly emotive”,<sup>44</sup> ou, ainda que as teses de Rodney estão equivocadas porque “perhaps by his ideological alignment”.<sup>45</sup>

Para além dessas mal fundamentadas críticas, Fage (1989, p. 103) avança em suas críticas, alegando não haver razões para que se alegue que o comércio entre Europa e África tenha prejudicado as sociedades africanas, já que há muitas evidências de que o comércio entre esses dois continentes tenha ocorrido “more or less” em bases igualitárias. Afirma, em seguida, que a manutenção do comércio atlântico por longo período mostra que as transações comerciais não eram desvantajosas para nenhuma das partes envolvidas (Idem, p. 106).

Não há como afirmar que o comércio escravista tenha, de fato, prejudicado a África, prossegue Fage, porque esse ramo não representava elo fundamental para o sistema mercantil interno no continente africano. De mais, se houve uma transferência em massa de africanos para outras partes do mundo – Fage

---

<sup>43</sup> Esses dados apresentam sérias fragilidades, já que Pierrick Pourchasse não oferece a referência bibliográfica relativa a Dennis Cordell.

<sup>44</sup> “Pode ser altamente emotivas”.

<sup>45</sup> “Talvez pelo seu alinhamento ideológico”.

utiliza os números de Curtin, de aproximadamente 11 milhões de escravizados vendidos –, esse montante foi retirado dos grupos menos hábeis e produtivos.<sup>46</sup>

Muito há espaço suficiente neste Artigo para se destacar todos estes debates acalorados e, aparentemente, de difícil solução.<sup>47</sup> Todos esses embates estão relacionados a um intenso debate, com forte carga emotiva e política, em torno da forma como a história da escravidão africana e do tráfico negreiro será entendida e transmitida no seio das sociedades em torno do mundo. Como já visto, as conclusões tomadas serão argumentos para reivindicações de reparações e outras demandas por parte dos países africanos. Da mesma forma, as constantes intervenções francesas em países africanos colocam como pauta do dia o debate histórico e os conflitos pela memória.

### **Conclusão**

As controvérsias em torno dos temas relativos à escravidão e ao tráfico de escravos despertaram fortes embates travados globalmente, também em uma perspectiva atlântica. Não se configura uma tarefa simples esgotar todas as querelas, nem é ambição deste Artigo.

Entretanto, chama a atenção os ecos ouvidos na contemporaneidade destas variadas formas de se compreender um período, que exercem influências nos jogos geopolíticos, econômico e diplomáticos no mundo de hoje. Trata-se, como visto, da construção e reconstrução da Memória Coletiva sobre a escravidão africana. Por sua vez, a Memória Coletiva estabelece relação dialética com a Memória Histórica, influenciando-a, como fontes – e inspirações – históricas e recebendo dela elementos para sua construção.

Acontece que a Memória Histórica é algo dinâmico e está ligada a políticas públicas e, quase sempre, está subordinada aos grupos que controlam o poder

---

<sup>46</sup> Ora, em nenhum momento, em seu estudo, John Fage expõe as fontes nas quais se baseou para fazer tais afirmativas, nem apresentou as evidências destacadas para sustentar a posição de que o comércio fora equilibrado entre a África e a Europa. Dessa forma, suas alegações se apresentam de forma frágil.

<sup>47</sup> No próximo capítulo serão abordados, ainda, alguns temas relacionados ao tráfico interno e à escravidão no continente africano. Temas que apresentam muitas controvérsias e que são objetos de conflitos pela memória.

e, por conseqüência, exercem papel preponderante – nunca completamente determinante – na pesquisa histórica e nas ações para direcionar a construção das memórias. Por exemplo, ao produzir e investir em determinados monumentos, em rituais e outras estratégias como *lugares de memórias* – análises que estão no centro de interesses deste Artigo – os Governos nacionais e os organismos internacionais determinam não só quais memórias serão institucionalizadas, mas, também, o papel que cada grupo exercerá na memória histórica.

Neste sentido, ao visitar a Universidade Cheik Anta Diop, no ano de 2007, o então presidente francês M. Nicolas Sarkozy, pronuncia um discurso muito inspirador para que se possa compreender a forma como certos grupos políticos franceses – e, certamente, de forma similar a grupos espalhados ao redor do planeta – concebem o papel da África e dos africanos no mundo. Discurso, esse, que está inserido na permanente luta pela hegemonia na construção da Memória Histórica, visando, certamente, os jogos diplomáticos contemporâneos.

Neste discurso, Sarkozy faz afirmações inspiradas na escrita da história característica do pensamento histórico colonial, como estudado acima, assim como, replica algumas das concepções alegadas por aqueles que alimentam discursos preconceituosos em relação ao continente e ao povo africano.

O Presidente Sarkozy, se dirigindo à juventude africana, reconhece os males causados pela escravidão e pelo colonialismo, que para ele trata-se de crime contra os africanos, e também fora um crime contra toda a humanidade. Esta afirmação fundamentada, no território francês, pela Lei Taubira, de 2001, promulgada pelo Governo Francês. Assim, esta afirmação está escorada em determinação legal. A colonização, aos olhos de Sarkozy trouxe pilhagem, sofrimento e exploração ao território da África.

Entretanto, houve fatores que amenizaram esses flagelos. Afinal, junto a esses crimes, os africanos foram agraciados pela construção de pontos, de estradas,

de hospitais e de escolas (CHRÉTIEN, 2008, p. 193). Graças ao trabalho de bons colonos enviados às regiões africanas, terras antes fora do sistema de produção agrícola foram tornadas cultiváveis, pois

Il y a parmi eux des hommes mauvais mais Il y avait aussi des hommes de bonne volonté, des hommes qui croyaient remplir une mission civilisatrice, des hommes qui craignent faire Le bien (IDEM, p. 193).

Está explícita neste trecho do discurso de Sarkozy a ideia de uma terra desprovida de quaisquer sinais de desenvolvimento, dando sobrevida ao pensamento da África como espaço vazio ou habitado por seres bárbaros e sem condições de prover sua sociedade com bens necessários para sua mínima sobrevivência e bem estar.

Em outro trecho, Sarkozy desvela o que, para ele, é o drama da África. Afirma ele, que o drama da África é que “l’homme africain n’est pas assez entré dans l’histoire”. O camponês tem como única preocupação de vida viver em harmonia com a natureza. Dessa forma, vivendo em uma constante repetição “Il n’y a de place ni pour l’aventure humaine, ni pour l’idée de progrès” (Idem, p. 195). O maior desafio da África é de entrar na história, se libertar da nostalgia do mito “da idade do ouro” que nunca se repetirá, porque nunca existiu.

Para salvar o continente africano de sua existência fora da história, foi proporcionada a ele a oportunidade de se inserir na civilização a partir do contato com os europeus. Nas palavras de Sarkozy,

La civilisation musulmane, la chrétienté, la colonisation, au-delà des crimes et des fautes qui furent commises en leur nom et qui ne sont pas excusable, on ouvert les couers et les mentalités africaines à l’universel et à l’histoire.

É facilmente perceptível o impacto do pensamento historiográfico colonial, nas palavras de Sarkozy, que faz seu discurso voltando-o para a juventude africana. Muitas outras idéias foram transmitidas. Entretanto, esses trechos já



permitem perceber como se configura, nos dias atuais, os embates pela memória da escravidão africana e da colonização.

Seguindo fielmente o exemplo de Hegel e outros teóricos, Sarkozy tem a firme convicção de que a África não reúne, por si, condições de traçar seu destino, de construir sua história – aliás, de ter história. Da mesma forma, não há uma história africana, fora da influência – ou ação colonizadora – dos países europeus. Em outras palavras, a história da África ou não existe ou só existe como prolongamento da história da Europa – como explanado acima.

Sarkozy também analisa o papel do processo colonial e do tráfico negreiro sobre o continente africano, afirmando as benevolências concedidas aos bárbaros. Para uma “terra vazia” todos os benefícios da civilização; para uma terra de pagãos, a inserção na história através das palavras sagradas do Corão ou da Bíblia. Contra a barbárie a civilização – mesmo que isso custasse um crime que, se atingiu as sociedades africanas, também vitimou a humanidade como um todo.

Ao pronunciar essas palavras Sarkozy penetra um terreno ideológico construído como estratégia para criar uma boa consciência aos operadores da expansão da Europa que ocorreu sobre cadáveres e mercadorias humanas, já reconhecidamente crime contra a humanidade (THIOUB, 2008, p. 158). Trata-se de transmitir à opinião pública uma justificativa que amenizasse as ações nefastas. Trata-se de uma memória colonial.

O discurso proferido que coloca a África na infância do mundo, longe de ser baseado em mito, tem seu fundamento da justificativa do processo de dominação e das conquistas levadas a cabo no século XIX. Se esses discursos persistem, eles estão ligados às forças que mantêm seu domínio, tendo alicerçado em vários decênios as bases desses domínios, com relações estreitas com as elites africanas da atualidade.

Neste contexto de luta pela Memória Social, em estreita relação com a Memória Histórica, é que podemos compreender o discurso de Nicolas Sarkozy

em Dakar, no contexto de expansão das ações das forças militares francesas em muitas regiões do continente africano. Esse discurso

(...) permet jeter un voile sur les enjeux réels des relations entre les peuples et en leur sein. Il confère légitimité à la brutalité des pouvoirs au nom de la mise en oeuvre de politiques déclinées sous les vocables de “mise en valeur” à l’époque coloniale, de “développement” depuis la fin Deuxième Guerre mondiale, ou “d’humanitaire” plus récemment (THIOUB, 2008, p. 161).<sup>48</sup>

#### **BIBLIOGRAFIA:**

AJAYI, JF Ade et ALAGOA, E. J. Black Africa: The historians' perspective. *Daedalus*, Vol. 103, No. 2, Slavery, Colonialism, and Racism, 1974, pp. 125-134.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letas, 2008.

BÁ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e Pré-história da África*. 2ª Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

BAH, Thierno Moctar. *Historiographie africaine: Afrique de l’ouest – Afrique centrale*. Dakar: CODESRIA, 2015.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BWEMBA-BONG, Rigobert. *Quando l’Africain était l’or noir de l’Europe: demontage des mensonges et de la falsification de l’histoire de l’hydre des razzias négrières transatlantiques*. 3ª Ed. Dagan, 2013.

---

<sup>48</sup> “(Esse saber) permite lançar um véu sobre as verdadeiras questões das relações entre os povos. Dá legitimidade à brutalidade do poder em nome da implementação de políticas agrupadas sobre a justificativa da “civilização”, na Era Colonial, de projeto de “desenvolvimento”, após a Segunda Guerra Mundial e de “ação humanitária”, mais recentemente”.

DIOP, Cheikh Anta. *Apport de l'Afrique à la Civilisation universelle. Acts Du Colloque international Centenaire de la Conférence de Berlin, 1884-1885. Brazzaville, de 26 mars au 5 avril.* Paris: Présence africaine, 1987, pp. 41-71.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. In: *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e Pré-história da África.* 2ª ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

\_\_\_\_\_ African societies and the Atlantic slave trade. *Past and Present*, Vol. 125, 1, p. 97-115, 1989.

GUEYE, Matar. Les mémoires oubliées de l'esclavage. In: ROCHMANN, Marie-Christine. *Esclavage et abolition: Mémoires et systèmes de représentation*, Paris, Karthala, 2000, p. 83-98.

GUÈYE, Ndèye Sokhna Splendeurs et miseres des Signares: du role des femmes dans le traite tranatlantique et l'esclavage à Gorée (XVIIe-XIX siècles). In: GUÈYE, Ndèye Sokhna (Org.). *Pratiques d'esclavage et d'asservissement des femmes en Afrique: le cas du Sénégal et de la République Démocratique du Congo.* Dakar: Codersria, 2013.

HALBSWACHS, Maurice. *Memórias Coletivas.* Paris: PUF, 1950. São Paulo: Centauro, 2006.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, B. A. (Ed.) *África do século XVI ao século XVIII.* 2ª Ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

\_\_\_\_\_. *Africans and the industrial revolution in England.* Cambridge: University Press, 2002.

LY, Abdoulaye. *La Compagnie du Sénégal*. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Karthala; Dakar: Ifan, 1993.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2008.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *Les traites négrières: essai d'histoire Globale*. Paris: Gallimard, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória e Esquecimento. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

POURCHASSE, Pierrick *Les grands d'ébats actuels de l'historiographie sur la traite négrière..* Cahiers du CEIMA, 2009, pp.167-183. <Hal-0089161>

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

THIOUB, Ibrahima, Stigmates et mémoires de l'esclavage en Afrique de l'Ouest: le sang et la couleur de peau comme lignes de fracture, FMSH-WP-2012-23, octobre 2012.

\_\_\_\_\_ *Regard critique sur les lectures africaines de l'esclavage et de la traite atlantique, Communication au Colloque « Historiens Africains et Mondialisation*, 11<sup>e</sup> congrès de l'Association des Historiens Africains, Bamako, 10-14 septembre, 2001, 22p

\_\_\_\_\_ L'histoire vue d'Afrique. Enjeux et perspectives. In: CHRÉTIEN (Org.). *L'Afrique de Sarkozy. Un déni d'histoire*. Paris, Karthala, 2008, PP. 155-180.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and slavery*. The University of North Carolina Press, 1994.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.